

CIDADANIA DIGITAL E (DES)IGUALDADE DE GÊNERO: UMA ANÁLISE FEMINISTA DA GESTÃO DA INTERNET NO BRASIL A PARTIR DA *PESQUISA SOBRE O USO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO BRASIL* E DO I FÓRUM DA INTERNET

Bruna Provazi Barreiros ¹

Resumo

O artigo tem por objetivo dialogar com as recentes discussões acerca da apropriação das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) como ferramentas de promoção da cidadania, debatidas aqui através do recorte de gênero. Tal estudo foi realizado em duas etapas. Na primeira etapa, analisou-se dados extraídos da pesquisa do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), em 2010, acerca do perfil dos internautas brasileiros, a fim de diagnosticar o panorama do acesso e da utilização das TICs por mulheres e homens no país, atualmente. Na segunda etapa, analisou-se o conteúdo do documento resultante do I Fórum da Internet no Brasil, evento realizado pelo CGI.br, em 2011, com a finalidade de garantir a participação democrática da sociedade civil nas discussões sobre internet no país. Através da observação participante e da análise do conteúdo desse documento, buscou-se identificar se (e como) a questão de gênero foi pautada dentro do evento.

Palavras-chave

¹Mestranda em Ciências Humanas e Sociais na UFABC, Santo André (SP), brunabighole@gmail.com

Tecnologias de informação e comunicação. Feminismo. Internet. Desigualdade de gênero.

Abstract

The article aims to engage with the recent discussions about the appropriation of new information and communication technologies as tools to promote citizenship, discussed here by gender. This study was conducted in two stages. In the first step, we analyzed data from the survey of Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) in 2010, about the profile of Brazilian internet users in order to diagnose the panorama of access and use of new technologies by women and men in the country today. In the second step, we analyzed the content of the resulting document of the I Fórum da Internet no Brasil, by CGI.br event held in 2011 in order to ensure democratic participation of civil society in discussions on internet in the country. Through participant observation and analysis of the contents of this document, we sought to identify whether (and how) the gender issue was based inside the event.

Keyword

Information and communication Technologies. Feminism. Internet. gender inequality.

1 Introdução

Antes do desenvolvimento dos meios técnicos, a comunicação interpessoal se dava “face-a-face”, em tempo e espaço pré-determinados. Com a invenção da carta e do telefone, as pessoas passaram a se comunicar mesmo distantes espacial e temporalmente, caracterizando o que Thompson (1998) chamou de “comunicação mediada”. Com o advento da imprensa e da mídia de massas, sobretudo a eletrônica (rádio e televisão), transformou-se definitivamente a relação entre os atores sociais e o

conjunto da sociedade civil. A comunicação passou a ser então “quase mediada”: os emissores podiam enviar suas mensagens a um público amplo, porém, sem a possibilidade de interação direta com seus interlocutores – desconhecidos, a não ser através de pesquisas sobre perfil de público e audiência. Com o desenvolvimento da comunicação em forma de rede, esse quadro se modifica radicalmente.

As redes constituem a nova morfologia social de nossa sociedade, cuja lógica modifica a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura. Enquanto estruturas abertas, as redes integram novos “nós” a partir de códigos de comunicação específicos, configurando-se como potenciais mecanismos de integração na construção de processos horizontais e colaborativos de comunicação (CASTELLS, 2007).

Assim como ocorrido à época da invenção da TV, teóricos da área logo tornam-se a se dividir entre “apocalípticos” e “integrados”. Os primeiros, mais desconfiados, questionam os limites das novas tecnologias de informação e comunicação, “prolixas e efêmeras”. Críticos tais como Paul Virilio chegam a defender que a anarquia da internet está a serviço das multinacionais, com seus efeitos de isolamento, asfixia e eliminação da separação entre os seres: o virtual, segundo afirma, toma o lugar do real. Já os “integrados” passam a depositar grandiosas esperanças no potencial revolucionário e democrático de um meio através do qual, a princípio, “qualquer pessoa” tem a possibilidade de expressar suas opiniões livremente para múltiplos e diversos destinatários, situados onde quer que estejam no globo: é a chamada “comunicação todos-todos” (Levy, 1996). Conforme ressaltam seus entusiastas, pela primeira vez na história, nossas ferramentas de comunicação favorecem a conversação e a ação em grupo (SHIRKY, 2008).

O ciberespaço pode amplificar a possibilidade das pessoas trocarem informações e engajarem-se em causas políticas. Interconectados(as) na rede mundial de computadores, setores marginalizados da sociedade, tais como mulheres, negros(as),

homossexuais e transsexuais, podem, potencialmente, expressar suas identidades de formas diferentes daquelas através das quais se comunicam em outros ambientes *offline*. Entretanto, com os abalos crescentes na estrutura da sociedade patriarcal – os quais Castells define como “crise do patriarcalismo” –, valores fundamentalistas tendem a emergir em reação, tais como a intolerância, o ódio e o fanatismo.

A Association for Progressive Communications (APC) é uma organização sob a forma de rede que reúne cerca de cinquenta membros em 35 países - a maioria em desenvolvimento -, visando capacitar organizações de apoio, movimentos sociais e indivíduos através do uso das TICs, com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento humano equitativo, a justiça social, os processos políticos participativos e a sustentabilidade ambiental. De acordo com uma pesquisa realizada por essa associação, em diversos países, sobre sexualidade e internet (2010), as políticas de controle da rede, em nome da defesa de determinados padrões morais, vêm prejudicando a livre expressão e a sociabilidade de grupos “marginais”. São exemplo as tentativas de combate à pedofilia, muitas das quais acabam por perseguir comunidades virtuais que defendem a relação entre pessoas de idades diferentes ou do mesmo sexo.

As características próprias da Internet a tornam um potencial veículo de comunicação alternativa para os temas contemporâneos, entretanto, há tanto meios cuja finalidade é oferecer conteúdos que visam à ampliação dos direitos de cidadania e justiça social, quanto outros que representam interesses individuais, de autoexpressão, conservadores ou mesmo privado-mercantis. Assim, parece consensual, tanto entre apocalípticos quanto entre integrados, a ideia de que a Internet configura-se como novo espaço de disputa política, e, portanto, os atores sociais necessitam ocupá-la e dela apropriar-se para que possam alcançar a hegemonia desejada.

Porém, se tecnologias como televisão e rádio estão praticamente universalizadas nos domicílios brasileiros, o computador e a conexão à Internet ainda apresentam baixa penetração. Segundo os

dados mais recentes publicados pela ITU-D², em 2008 apenas 25% dos domicílios brasileiros possuíam computador, estando abaixo de outros países da América do Sul, como Uruguai (35%), Argentina (38%) e Chile (40%). Em comparação com países da Europa e Ásia, onde a inclusão digital encontra-se em estágio mais avançado, a diferença era ainda maior: Alemanha (82%), Dinamarca (86%), Suécia (87%), Coreia (81%) e Japão (86%). Entretanto, de acordo com dados do último censo do CGI.br, em 2010, esse número já saltou para 35%, e, nos últimos seis anos, a proporção de domicílios com computador mais que dobrou na área urbana. Tais pesquisas demonstram, por um lado, que o Brasil tem conquistado avanços, mas, por outro, que a universalização do acesso a essa tecnologia ainda é um desafio.

Esta pesquisa traz um enfoque da análise do potencial da utilização das TICs a partir do recorte de gênero. Parte-se aqui do pressuposto de que as mulheres ainda representam um grupo oprimido socialmente, uma vez que ocupam as profissões mais desvalorizadas, encontram-se mais expostas à violência sexista e recebem menores salários, mesmo tendo maior grau de instrução. Conforme será demonstrado a seguir, a divisão sexual do trabalho segrega as mulheres em determinadas ocupações ditas “femininas”, e cria uma hierarquia: “trabalho de homem vale mais que trabalho de mulher”. Admitindo que as mulheres compõem um grupo marginalizado na sociedade, questiona-se, então, como elas poderiam utilizar as novas tecnologias de informação e comunicação para superar essa desigualdade.

Traçou-se como objetivo proporcionar reflexões preliminares acerca da gestão da internet no Brasil, através da avaliação dos possíveis avanços relativos ao acesso da população brasileira à rede. Tal análise foi possibilitada por meio do estudo de dois objetos específicos: a *Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil – TIC Domicílios e TIC Empresas* (2010) e o I Fórum da Internet, ambos realizados pelo Comitê Gestor da

² ITU-D. Measuring the Information Society 2010. International Telecommunication Union, 2010.

Internet no Brasil (CGI.br). Pretende-se analisar os dados da pesquisa divulgada, em 2010, pelo Comitê, a fim de investigar qual o grau de acesso da população brasileira à internet, através do recorte de gênero. Assim, busca-se descobrir se o acesso de mulheres e homens à rede se dá de forma equânime, e quais são os hábitos de navegação desses(as) internautas. Em seguida, pretende-se analisar se (e como) a questão de gênero esteve presente no I Fórum da Internet no Brasil - evento promovido pelo CGI.br, em outubro de 2011, na cidade de São Paulo (SP). Para isso, foram utilizadas as metodologias de pesquisa participante, durante o evento, e de análise do conteúdo do documento final dele resultante, a fim de trazer reflexões iniciais acerca da atuação do comitê no país. Em suma, a questão suscitada aqui é: a gestão da internet no Brasil, por meio de seu Comitê Gestor, tem contribuído para reforçar, para superar ou apenas para refletir a desigualdade de gênero existente na sociedade?

2 Comunicação é poder

De acordo com Amartya Sen (2000), o principal meio e fim do desenvolvimento de uma nação deve ser a expansão da liberdade: a eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer sua função de agentes. Sen investiga o papel vital de diferentes instituições, valores e costumes sociais, segundo sua contribuição para a expansão e a garantia das liberdades substantivas dos indivíduos - compreendidos por esse autor como agentes ativos de mudança, e não apenas receptores passivos de benefícios. Para ele, a discussão pública é um veículo de mudança social e de progresso econômico, portanto, o desenvolvimento pode ser visto como um processo de ampliação das liberdades reais.

Conforme afirma, “normas comuns podem influenciar características sociais como a igualdade entre os sexos” (Sen, 2000, págs. 23 e 24), pois o exercício da liberdade é mediado por valores, os quais são influenciados por discussões públicas e interações

sociais, que, por sua vez, são influenciadas pelas liberdades de participação. Ou seja, as liberdades não são apenas fins primordiais ao desenvolvimento, mas são também seus principais meios. Dessa forma, através do acesso e da apropriação das novas tecnologias de comunicação pelas mulheres, é possível que elas consigam empoderar-se enquanto agentes de transformação social e, assim, avançar na conquista de sua autonomia. Garantir possibilidades iguais de expressão, informação, acesso a conteúdos e produção de conhecimento pelas mulheres pode ser considerado, portanto, na visão de Amartya Sen, estratégico para o “desenvolvimento com liberdade”.

Segundo Manuel Castells (2010), a disputa fundamental existente na sociedade é a disputa pela mente das pessoas, pois o modo pelo qual pensamos determina as normas e valores através dos quais nossa sociedade é construída. Através de métodos repressivos, tais como a coerção e o medo, as classes dominantes conseguem impor-se sobre as dominadas. Entretanto, “torturar corpos é menos eficiente do que moldar mentalidades”. A comunicação social fornece o suporte para a produção social de significado. Na disputa por hegemonia, a comunicação é, portanto, ferramenta estratégica de poder:

The battle of the human mind is largely played out in the processes of communication. And this is more so in the network society, characterized by the pervasiveness of communication networks in a multimodal hypertext. Indeed, the ongoing transformation of communication technology in the digital age extends the reach of communication media to all domains of social life in a network that is at the same time global and local, generic and customized in an ever-changing pattern. As a result, power relations, that is the relations that constitute the foundation of all societies, as well as the processes challenging institutionalized power relations are increasingly shaped and decided in the communication field. (Castells, 2007, pág. 239)

Na chamada Idade Mídia, marcada pela expressiva presença dos meios na maior parte das esferas da vida, observa-se uma relação imbricada entre comunicação e política. Do Greenpeace à Anistia Internacional, sem esquecer do movimento zapatista mexicano ou do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem-Terra Brasileiro, parece consensual hoje a compreensão de que os meios de comunicação são ferramenta estratégica, senão

fundamental para difusão de ideias e articulação da sociedade civil (RUBIM, 2000).

É o caso dos movimentos ambientalistas, considerados por Castells como a vanguarda das novas tecnologias de comunicação, uma vez que utilizam-nas como ferramentas de organização e mobilização. Tais movimentos usam principalmente a Internet para coordenar ações conjuntas e trocar informações em escala mundial (CASTELLS, 2008, pág. 162). Impulsionadas pela Internet, as estratégias utilizadas pelo ambientalismo permitem que o movimento consiga articular ações conjuntas em diversas partes do mundo, reverberando o princípio do “pensar globalmente, agir localmente”.

Da mesma forma, o movimento feminista vem utilizando a internet para articular ações local e globalmente. Como exemplo podemos citar as Slut Walks, que no Brasil ficaram conhecidas como “Marchas das Vadias”. A primeira Slut Walk aconteceu em maio de 2011, como uma passeata em reação à fala de um policial em uma universidade de Toronto (Canadá), que advertiu as estudantes para que não usassem roupas curtas, atribuindo a elas a causa para que ocorressem estupros no campus. A marcha foi organizada através das redes sociais (principalmente Facebook e Twitter), e mobilizou centenas de jovens, vestidas com roupas provocativas e carregando cartazes contra a culpabilização da vítima pela violência. A notícia reverberou por todos os cantos do mundo, gerando uma onda de marchas nas mais diversas localidades. No Brasil, país em que cinco mulheres são espancadas a cada dois minutos³, as Marchas adaptaram-se à realidade local, e adquiriram um tom de enfrentamento à violência contra a mulher.

Mas será que o conjunto das mulheres brasileiras já está apropriada dessas novas ferramentas de informação e comunicação? Qual o seu grau de acesso e uso da rede? Será que as brasileiras têm

³ Fonte: pesquisa *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado*, realizada pela Fundação Perseu Abramo (2010): <http://www.fpa.org.br/galeria/violencia-domestica>. Acesso em 10/12/11.

utilizado a internet em prol da conquista de sua autonomia? Primeiro, torna-se necessário traçar um breve panorama acerca da situação feminina na sociedade, enfocando sua relação com o mundo do trabalho e sua posição econômica.

3 (Des)igualdade de gênero

O conceito de divisão sexual do trabalho baseia-se em dois princípios: a separação e a hierarquia. A construção social dos modelos de “feminilidade” (mulher = passiva, sensível, doce) e de “masculinidade” (homem = forte, corajoso) atribuem papéis ideais a homens e mulheres. À mulher é reservado o ambiente interno da casa, e lhe são atribuídas as tarefas de cuidado da sociedade, consideradas “trabalho reprodutivo”. Já ao homem é reservado o ambiente externo, e o trabalho dito “produtivo”. No mercado de trabalho, essa divisão se reflete na separação entre profissões ditas masculinas (advogado, político, médico, engenheiro) e femininas (professora, pedagoga, enfermeira). O sistema capitalista se articula em conjunto com essa segregação através da hierarquização dos trabalhos produtivo e reprodutivo, atribuindo maior valor ao primeiro e desqualificando o segundo. Em suma, em nossa sociedade, “trabalho de homem vale mais que trabalho de mulher” (HIRATA, 2002).

Ainda que a presença das mulheres no mercado de trabalho seja um fator crescente, elas encontram-se, em sua maioria, inseridas em profissões tidas socialmente como menos qualificadas, ou seja, as que são menos remuneradas e nas quais as condições de trabalho são mais precárias. Helena Hirata (2002), realizando pesquisas comparativas durante vinte anos no Brasil, no Japão e na França em torno das questões centrais da sociologia do trabalho, desenvolve um estudo sobre como a divisão sexual do trabalho e a divisão internacional do trabalho se articulam, moldando a utilização de métodos e técnicas tayloristas de produção. Analogamente, Daniele Kergoat desenvolve uma explicação para o

emprego de mulheres na indústria eletroeletrônica baseada na interligação das esferas de produção e reprodução. Segundo argumenta Kergoat, as habilidades que tornam as mulheres aptas a esses empregos não são adquiridas pelos mesmos canais usados pelos homens – formação profissional, aprendizagem, experiência no trabalho industrial -, mas são obtidas antes de entrarem no mundo do trabalho remunerado, por meio do treinamento no trabalho doméstico, na costura e em outras “artes domésticas” (HIRATA, 2002, pág. 47). Analisando dados recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2008⁴) acerca do trabalho doméstico remunerado no Brasil, constata-se que esse representa atualmente 15,8% da força de trabalho feminina ocupada no país:

O trabalho doméstico, seja remunerado ou não, é culturalmente percebido como atividade das mulheres, associado a atributos de cuidado, abnegação e reprodução, que compõem estereótipos de um determinado modelo de feminilidade vigente no país. Em sendo, portanto, uma atividade de responsabilidade “natural” das mulheres, restrita à esfera do doméstico, não tem o seu valor econômico nem social reconhecido, o que o torna desprestigiado. (PNAD, pág. 20, 2008).

Essa desvalorização se traduz na grande desproteção social que atinge essa parcela da força de trabalho brasileira e, sobretudo, no tratamento desigual recebido quanto ao acesso e garantia de direitos trabalhistas. Segundo dados da pesquisa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2010⁵), as mulheres já são maioria no ensino superior brasileiro (Tabela 20, pág 62). Também é crescente o número de famílias chefiadas por mulheres, entretanto, a maioria delas encontra-se inserida no mercado de trabalho como empregadas domésticas. Em São Paulo, as mulheres nessa ocupação chegam a somar 92,1%

⁴A PNAD é realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): <http://www.sepm.gov.br/nucleo/dados/09-10-07-comunicapresi-32-pnad2008-educacao.pdf>. Acesso em 30/10/2011.

⁵ Dados publicados pela Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal: http://www.sepm.gov.br/publicacoes-reste/publicacoes/2011/anuario_das_mulheres_2011.pdf. Acesso em 30/10/2011.

(Tabela 35, página 79). Os dados do DIEESE⁶ (2009) também revelam que as mulheres têm maior grau de instrução e recebem menores salários: 68,7% dos homens sem ou com menos de um ano de instrução recebem até um salário mínimo, contra 87,9% das mulheres na mesma situação. Já as mulheres com 15 ou mais anos de estudos somam 7,9% da população brasileira, contra 3,4% dos homens. Dessas, apenas 27,7% recebem mais de cinco salários, contra 52,2% dos homens que encontram-se na mesma situação. Os números do rendimento médio por domicílio são ainda mais contrastantes: os brasileiros recebem, em média, 962 reais por mês, e as mulheres, 544 reais.

TABELA 52

Rendimento médio das pessoas⁽¹⁾ por sexo e localização do domicílio

Brasil 2009 (em R\$)

Localização do domicílio	Sexo	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Urbana	Homens	764	701	1.190	1.259	1.253	1.057
	Mulheres	443	429	656	695	680	593
	Total	597	556	909	963	953	813
Rural	Homens	503	305	613	817	718	495
	Mulheres	221	205	311	347	262	255
	Total	373	257	467	591	506	380
Total	Homens	703	588	1.142	1.179	1.180	962
	Mulheres	400	374	632	641	634	544
	Total	549	477	875	901	899	745

● Fonte: IBGE, Pnad
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Todas as fontes de renda das pessoas de 10 anos ou mais

Obs.: Valores em R\$ de setembro de 2009

Os dados elencados acima corroboram com a argumentação de Hirata (2002) de que a divisão sexual do trabalho ainda é recorrente na sociedade, segregando o “feminino” e o “masculino”, e hierarquizando o trabalho produtivo, atribuído socialmente aos homens. Tal mapeamento realizado pelo DIEESE

⁶ Dados extraídos do Anuário das Mulheres Brasileiras, São Paulo/2010.

também é demonstrativo de como a questão da desigualdade de gênero – motivadora deste artigo – mostra-se extremamente contemporânea.

De posse de tais reflexões preliminares, torna-se possível passar para a análise do processo de gestão da internet no Brasil. Através da observação dos dados de acesso e perfil de navegação de brasileiros e brasileiras na internet, buscar-se-á mapear a participação das mulheres na rede. Posteriormente, através da análise da presença (ou ausência) do debate de gênero no conteúdo do documento final resultante do I Fórum da Internet no Brasil, buscar-se-á diagnosticar se (e como) a questão da desigualdade entre homens e mulheres vem sendo trabalhada pelo Comitê Gestor da Internet.

4 Por uma gestão democrática da internet no Brasil: o CGI.br

Conforme argumenta Selaimen (2011), há alguns anos, quando se abordava a questão da diversidade de gênero na Internet, o tema mais recorrente era o acesso, pois homens utilizavam tecnologias de informação e comunicação com muito mais intensidade que as mulheres, e o acesso mais equitativo de homens e mulheres à rede mundial de computadores era um grande desafio. Atualmente, as estatísticas de acesso demonstram que esse parece ser um problema superado, uma vez que a distância entre os indicadores separados por sexo encontra-se bastante aproximada. Entretanto, conforme texto de Selaimen publicado na página oficial do Fórum da Internet no Brasil:

Diversidade na Internet é mais, muito mais que acesso à infraestrutura. Garantir a diversidade implica também em garantir as possibilidades de uso da Internet em termos equitativos entre diferentes pessoas e grupos sociais – o que passa pelo acesso à formação para o uso efetivo, possibilidades iguais de expressão, possibilidades iguais de informação e acesso a conteúdos, e possibilidades iguais de pro-

dução de conhecimento (especialmente, na minha opinião, de produção de tecnologias). (SELAIMEN in Fórum da Internet, 09/09/2011)⁷.

O Comitê Gestor da Internet no Brasil é um modelo de governança na Internet composto por membros do governo, do setor empresarial, do terceiro setor e da comunidade acadêmica. Foi criado através de uma Portaria Interministerial, em 1995, e sofreu alteração por meio de um Decreto Presidencial, em 2003, passando a: “coordenar e integrar todas as iniciativas de serviços Internet no país, promovendo a qualidade técnica, a inovação e a disseminação dos serviços ofertados”⁸. O Comitê visa efetivar a participação da sociedade nas decisões envolvendo a implantação, administração e uso da rede no Brasil. Baseado nos princípios de multilateralidade, transparência e democracia, desde 2004 o CGI.br elege democraticamente seus representantes da sociedade civil para participar das deliberações e debater prioridades para a internet, junto com o governo. Entre suas atribuições está o fomento da coleta, organização e disseminação de informações sobre as tecnologias de informação e comunicação (TIC) no Brasil, com foco na Internet. Seu Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (Cetic.br) é responsável por projetos de pesquisa especializados que buscam fornecer insumos para os setores público e privado, organizações não governamentais e para a comunidade científica e acadêmica. Em 2010, o CGI.br apresentou a sexta edição da *Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil – TIC Domicílios e TIC Empresas*, que abordou os seguintes pontos: infra-estrutura (acesso a computador e internet), perfil dos(as) usuários(as) brasileiros(as), hábitos de uso da internet e mobilidade (acesso por telefones celulares e computadores portáteis). Neste trabalho, buscou-se analisar os dados dessa pesquisa através do recorte de

⁷“Gênero e Internet – necessidade de inclusão para muito além do acesso”:
<http://forumdainternet.cgi.br/?p=635>
(acesso em 23/10/2011)

⁸Definição no site do CGI.br: <http://www.cgi.br/sobre-cg/definicao.htm>
(acesso em 23/10/2011)

gênero. O universo da pesquisa abrangeu uma amostra de 11.208 homens e 11.899 mulheres. De acordo com o relatório, o perfil da amostra reflete a paridade entre pessoas do sexo feminino e masculino na população brasileira, com ligeira predominância das mulheres. A amostra total se divide em: 52% de mulheres e 48% de homens.

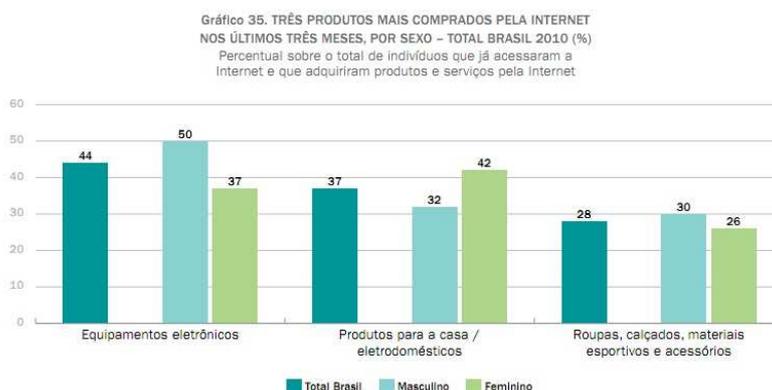
Observando-se tal pesquisa, constata-se que, no referente ao grau acesso, existe uma proximidade entre ambos os sexos, com as mulheres caminhando em direção à equidade com os homens. Da porcentagem dos(as) entrevistados(as) que não possuem computador em casa, 47% são homens e 55% são mulheres. Quanto à conexão à internet, 25% dos homens não têm acesso, contra 23% das mulheres. 63% dos entrevistados utilizam a internet, individualmente, todos os dias, contra 56% das entrevistadas. Já a proporção de indivíduos que já utilizaram um computador ao menos uma vez é de 55% mulheres contra 54% homens. Na amostra analisada, os dois sexos se equipararam, quando questionados se já haviam utilizado a internet (48% mulheres e 48% homens).

Os números obtidos através desse mapeamento demonstram uma surpreendente aproximação entre os dois sexos. As mulheres caminham para atingir um grau de acesso equânime à internet, em relação aos homens. Analisando os dados apenas sob o recorte de gênero (sem mencionar as categorias classe e raça), pode-se concluir que existe uma crescente democratização ao acesso à rede. Quando passamos para uma análise dos perfis dos usuários(as) da rede, começam a aparecer algumas diferenças. Conforme consta no próprio documento:

A pesquisa revela também que sexo, região e faixa etária exercem influência na atividade de compras pela Internet. No Total Brasil, entre os homens que já usaram a Internet, 22% já compraram por esse canal, enquanto entre as mulheres o índice é de apenas 16%. As diferenças relativas ao gênero revelam fundamentalmente o tipo de serviços e produtos adquiridos pela Internet. Seguindo Pesquisa TIC Domicílios e Empresas 2010 o padrão observado em anos anteriores, dentre as categorias pesquisadas, os três itens mais consumidos pela Internet são: equipamentos eletrônicos (44%), produtos para a casa/eletrodomésticos (37%) e roupas, calçados, materiais esportivos e acessórios (28%). Equipamentos eletrônicos, roupas, calçados, materiais esportivos e acessórios são majoritariamente consumidos por homens, e os pro-

duto para casa/eletrodomésticos, por mulheres (Comitê Gestor da Internet no Brasil, TIC Domicílios e Empresas, 2010, p. 167).

Tais dados representam um reflexo da divisão sexual do trabalho na sociedade, uma vez que as mulheres são responsabilizadas pelas tarefas de cuidado com a casa e com a família (trabalho reprodutivo), logo, são as maiores consumidoras de tais produtos (42% contra 32% dos homens). Já quanto aos equipamentos eletrônicos, os homens somam 50% dos consumidores, contra apenas 37% das mulheres. Conforme consta no gráfico abaixo:



Fonte: Comitê Gestor da Internet no Brasil, pesquisa *TIC Domicílios e Empresas* (2010).

Além dessas, foram identificadas outras diferenças quanto ao perfil de navegação: 91% dos entrevistados usam a internet para lazer, contra 83% das mulheres. Os usuários do sexo masculino destinam-se majoritariamente a postar filmes ou vídeos em sites como o *Youtube* (16% homens e 12% mulheres) e fazer ou atualizar blogs (9% homens e 8% mulheres). Dos(as) usuários(as) que têm o hábito de jogar na internet, 51% são do sexo masculino, contra 34% do sexo feminino. 29% dos homens e apenas 14% das mulheres costuma fazer *download* de jogos; 37% dos homens baixa filmes, contra 23% das mulheres.

Quando a pesquisa trata de educação e saúde, o interesse das mulheres mostra-se maior: 68% das entrevistadas afirmaram que utilizam a internet para educação, contra 63% homens. 61% das mulheres realiza atividades e pesquisas escolares na rede, contra 56% dos homens. 40% das entrevistadas utiliza a rede para fazer inscrições em concursos públicos, contra 34% dos homens; e 37% delas afirmou buscar informações sobre serviços públicos de educação, contra 32% dos homens. Em *lan houses*, 24% das mulheres (e 18% dos homens) costuma imprimir trabalhos e documentos, e apenas 41% delas têm o hábito de jogar online (contra 62% dos homens).

Os dados demonstram uma navegação mais “ativa”, por parte dos homens, que são maioria na postagem de vídeos e blogs, por exemplo. Além disso, os homens empregam mais tempo *online* em atividades de lazer. Já as mulheres buscam conectar-se à rede de forma utilitária, ou seja, procurando informações, realizando pesquisas ou inscrevendo-se em concursos. Tal constatação é, de certa forma, previsível, se pensarmos na realidade das mulheres na sociedade, sobretudo no contexto da divisão sexual do trabalho. Eles têm maior tempo livre para se dedicar ao lazer na internet, uma vez que não são responsabilizados pelo trabalho doméstico e de cuidados. Já o interesse delas em saúde e educação pode ser interpretado como reflexo de uma maior demanda social, por parte das mulheres, por acesso a informações e serviços nessas áreas.

Considerando esse desafio atual de criar possibilidades iguais de uso da internet e produção de tecnologia às mulheres, busca-se analisar agora de que forma a questão de gênero foi abordada dentro do I Fórum da Internet no Brasil, primeiro evento do Comitê Gestor da Internet aberto à ampla participação da sociedade. Tal abordagem tem por finalidade avaliar como essas questões, compartilhadas por setores mais progressistas do CGI.br – conforme demonstram textos publicados na própria página oficial do Fórum, tais como o de Selaimen (2011) -, vem de fato sendo trabalhadas dentro dos espaços do Comitê, de forma a responder ao questionamento: a gestão da internet no Brasil, por

meio de seu Comitê Gestor, tem contribuído para reforçar, para superar ou apenas para refletir a desigualdade de gênero existente na sociedade?

4.1 I Fórum da Internet no Brasil

Nos dias 13 e 14 de outubro de 2011, foi realizado o I Fórum da Internet no Brasil. Organizado pelo Comitê Gestor da Internet, na cidade de São Paulo (SP), o evento teve por objetivo reunir representantes da comunidade acadêmica, do terceiro setor, do segmento empresarial e do governo para discutir os desafios atuais e futuros da Internet. O CGI.br buscou incentivar os principais representantes de tais setores a acompanhar e opinar acerca dos temas e desafios contemporâneos à consolidação e expansão da Internet no país.

Havia seis espaços de debate durante a programação, intitulados de "trilhas", com os seguintes temas: "Liberdade, privacidade e direitos humanos"; "Governança democrática e colaborativa"; "Universalidade e Inclusão Digital"; "Diversidade e conteúdo"; "Padronização, interoperabilidade, neutralidade e Inovação"; e "Ambiente legal, regulatório, segurança e Inimputabilidade da rede". Dado o recorte de gênero presente neste artigo, optou-se aqui pelo enfoque na análise da trilha "Diversidade e conteúdo". Através do método da observação-participante, facilitado pela presença desta autora no Fórum, constatou-se que houve grande participação das mulheres no evento, enquanto ouvintes, porém, nos espaços de formulação, elas ainda eram minoria. Na mesa de abertura, dentre 14 autoridades convidadas, dos três setores da sociedade, registrou-se presença feminina apenas da deputada federal Manuela D'Ávila. Já nas seis trilhas de discussão, constavam na programação oficial do evento apenas cinco oradoras, das 29 pessoas confirmadas para abrir os debates.

Durante o Fórum observou-se a presença de diversos grupos, articulados em torno de reivindicações tais como maior liberdade e privacidade na rede, garantia de acesso de qualidade à Internet e políticas públicas mais inclusivas, dentre os quais estavam:

produtores culturais, indígenas, ciberativistas e movimentos sociais. Dentre os grupos organizados dentro do Fórum, constatou-se a presença das Blogueiras Feministas.

Durante a campanha eleitoral de 2010, através de uma troca de e-mails entre blogueiras, originou-se um grupo de discussão, que, por sua vez, resultou na criação de um blog coletivo. Entre as participantes, mulheres que se intitulam feministas e de esquerda, de correntes políticas diversas e, em grande parte, autônomas, as quais direcionam sua atuação na rede para o tema do feminismo e das relações de gênero. O grupo (ou coletivo) é intitulado Blogueiras Feministas, e vêm obtendo visibilidade através de sua presença na rede e fora dela - tal como nas “Marchas das Vadias”, nas quais tiveram participação relevante, em diversas partes do país, e em articulações como o II Encontro Nacional de Blogueiros Progressistas.

A participação das Blogueiras Feministas no Fórum concentrou-se na trilha “Diversidade e conteúdo”, na qual propuseram a inclusão das seguintes pautas: “Paridade no Comitê Gestor da Internet no Brasil e em seus fóruns” e “Formulação de políticas públicas para internet que busquem combater a desigualdade de gênero”.

Segundo foi ressaltado pela blogueira feminista Juliana Lima:

Os sites, blogs e pessoas que se apropriam da internet e produzem e distribuem conteúdos de combate a homofobia, o machismo, o racismo, entre outros valores nocivos da sociedade, comumente são atacadas e ameaçadas. Várias mulheres sofrem ameaças, inclusive de morte. Esta também é nossa experiência vivida na internet, esta é nossa ciberguerra e é bem real (LIMA apud BARREIROS in BLOGUEIRAS FEMINISTAS, 21/10/2011).

Após a realização do Fórum, foi produzido e disponibilizado na internet um relatório geral do evento, que continha a sistematização de cada uma das trilhas. Na trilha “Diversidade e conteúdo”, observou-se a inserção da questão de gênero em três momentos. Entre as “questões-chave” citadas no documento, no trecho: “mais representatividade para povos de culturas tradicionais e grupos sociais historicamente oprimidos”, o qual, apesar de não fazer referência direta às mulheres, abre margem para interpretação e inclusão delas como grupo histórico

marginalizado na sociedade. Entre as propostas de ação, dentro do subtópico “garantias a liberdade/diversidade”, observa-se a seguinte menção “estabelecer cotas de gênero entre os membros do CGI.br”. Nota-se, porém, que a proposta de formulação de políticas públicas específicas não foi incluída.

Por fim, na sistematização da Plenária final, encontra-se registrado que: “Blogueiras feministas afirmaram a representatividade quantitativa e qualitativa das mulheres no CGI.br registrando a proposta de paridade de gênero em sua composição”. Tal asserção contempla a reivindicação por paridade no Comitê Gestor da Internet no Brasil.

De acordo com o argumento das Blogueiras Feministas – compactuado pela presente autora –, a paridade no CGI.br e em seus fóruns pode significar a possibilidade de garantir, de fato, a equidade de gênero, no que diz respeito ao acesso e, principalmente, à apropriação das novas tecnologias de informação e comunicação pelas mulheres. Considerando a necessidade do processo de afirmação das mulheres enquanto sujeito político coletivo, sua representatividade quantitativa e qualitativa poderia garantir que as ações do CGI.br fossem pautadas tendo em vista que a inserção do debate de gênero é fundamental para o combate às desigualdades entre homens e mulheres - as quais foram identificadas na própria pesquisa realizada pelo Comitê Gestor da Internet.

5 Conclusão

Este trabalho buscou inserir-se nas atuais discussões a respeito do uso das novas tecnologias de informação e comunicação como ferramenta política de emancipação das mulheres, enquanto grupo historicamente oprimido. Utilizou-se como referenciais teóricos: as ideias de Amartya Sen acerca da necessidade de expansão das liberdades individuais como pressuposto intrínseco ao desenvolvimento de uma nação, e as formulações de Castells

acerca da centralidade da comunicação social para disputa da hegemonia na sociedade – sobretudo na sociedade em rede.

Partindo-se da análise de dois objetos específicos, a *Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil: TIC Domicílios e TIC Empresas 2010*, e o I Fórum da Internet no Brasil, procurou-se responder ao questionamento central deste trabalho: a gestão da internet no Brasil, por meio de seu Comitê Gestor, tem contribuído para reforçar, para superar ou apenas para refletir desigualdade de gênero existente na sociedade?

Os dados da pesquisa revelaram que, de fato, o acesso das mulheres à internet vem caminhando para se realizar de forma equânime. Já o perfil de navegação e uso da rede apresenta diferenças contrastantes entre os dois sexos: devido à divisão sexual do trabalho, elas têm menos tempo para se dedicar ao lazer na internet e dedicam-se menos a atividades de produção de conteúdo na rede, concentrando-se nas áreas relacionadas ao cuidado da família e da casa. Ou seja, a internet é mais uma esfera da vida que reflete a situação de desigualdade entre homens e mulheres na sociedade.

Em seguida, analisou-se a questão de gênero dentro do I Fórum da Internet no Brasil através de observação participante e análise de conteúdo do relatório final produzido no evento. O Fórum buscou identificar as principais demandas da sociedade civil, a fim de pautar a atuação do Comitê Gestor da Internet no país. Avalia-se que sua realização foi fundamental, no sentido de iniciar um diagnóstico acerca das consequências da implantação das novas tecnologias de informação e comunicação para a sociedade civil e, dessa forma possibilitar uma atuação mais democrática e transparente do Comitê Gestor da Internet. Entretanto, observou-se que a questão de gênero não foi um tema abordado pela organização do encontro, sendo pautado quase que exclusivamente pela sociedade civil, através das próprias mulheres - já organizadas na rede enquanto Blogueiras Feministas. A participação dessas, por sua vez, confirmou que existe uma demanda, por parte das próprias mulheres, de igual oferta de oportunidades, e demonstrou

a necessidade de se refletir sobre como usar as TICs para superar a desigualdade, procurando garantir a inclusão dos grupos historicamente oprimidos.

Desta forma, considerando-se o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação como ferramentas estratégicas de emancipação para as mulheres, observa-se que um dos desafios apresentados ao Comitê Gestor da Internet no Brasil é a inclusão da questão de gênero dentro de seus fóruns. Para que o Comitê cumpra seu objetivo de atuar de forma efetivamente democrática, representando todos os segmentos da sociedade civil, faz-se necessário criar mecanismos de garantir em seus focos de ação a inclusão das demandas feministas apontadas.

6 Referências

- CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- _____. Communication, Power and Counter-power in the Network Society. *International Journal of Communication* 1, p. 238-266. Annenberg School for Communication. University of Southern California, 2007
- _____. O poder da identidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- Comitê Gestor da Internet no Brasil. Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil: TIC Domicílios e TIC Empresas 2010, São Paulo: 2011.
- HIRATA, Helena. Nova Divisão Sexual do Trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo Editora, 2002.
- LEVY, Pierre. O que é o virtual? São Paulo: 34, 1996.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. Comunicação e Política. São Paulo: Hacker Editores, 2000.
- SEN, Amartya Kumar. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SHIRKY, Clay. A cultura da participação: criatividade e generosidade no mundo conectado. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

THOMPSON, John B. A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. A nova visibilidade. In: revista MATRIZES. N. 2 abril. São Paulo: EDUSP, 2008.

Outras fontes

Anuário das mulheres brasileiras / DIEESE – São Paulo: DIEESE, 2011
 acesso em 30/10/2011, disponível em:
http://www.sepm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2011/anuario_das_mulheres_2011.pdf

Blogueiras Feministas
 Por uma internet livre (também do machismo!), acesso em 30/10/2011, disponível em:
 <<http://blogueirasfeministas.com/2011/10/internet-livre/>>

Boletim eletrônico trimestral sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho, a partir dos dados da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). 2006
 acesso em 30/10/2011, disponível em:
<http://www.sepm.gov.br/nucleo/dados/boletim-3-pme.pdf>

Comitê Gestor da Internet no Brasil, acesso em 23/10/2011, disponível em:
 <<http://www.cgi.br/sobre-cg/definicao.htm>>

Gênero e Internet – necessidade de inclusão para muito além do acesso,, texto de Graciela Selaimen, acesso em 20/10/2011, disponível em:
 <<http://forumdainternet.cgi.br/?p=635>>

Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado, Fundação Perseu Abramo, 2010, Cap 5. Violência Doméstica, acesso em 10/12/11, disponível em: <http://www.fpa.org.br/galeria/violencia-domestica>

SEXUALITY POLICY WATCH & LATIN AMERICAN CENTER ON SEXUALITY AND HUMAN RIGHTS. Online sexual publics and the debate on internet regulation in Brazil. Association for Progressive Communications (APC), Issue Papers, 2010. Acesso em 07/08/11. Disponível em:
http://www.apc.org/en/system/files/Erotics_Exec_Summary.pdf